

Grávidas em tempos de zika vivem ‘sob tortura’, por Cláudia Collucci

(Folha de S.Paulo, 26/04/2016) Imagine-se grávida em uma área de infestação do vírus da zika. Agora, imagine-se grávida e pobre, sem condições alguma de comprar repelentes, por exemplo. Um tubo da substância recomendada pelos médicos (icaridina) para proteger-se contra o vírus da zika custa em torno de R\$ 60.

Em tese, a icaridina deveria garantir proteção por dez horas. Mas, segundo análise da Proteste, o efeito só dura três horas. Então, na melhor das hipóteses, se for reaplicado três vezes ao dia, um tubo é suficiente para dez dias, no máximo.

Três tubos de repelente por mês (R\$ 180) consumiriam mais que 20% da renda de quem sobrevive com um salário mínimo (R\$ 880), ou seja, quase metade dos brasileiros.

Em Pernambuco, 77% das mães de bebês com microcefalia estão na linha extrema de pobreza, com renda familiar de até R\$ 220. Nas outras cidades do Nordeste, a situação de pobreza extrema se repete entre a maioria das vítimas de zika. Chega a ser uma piada de mau gosto dizer a essas mulheres que elas precisam usar repelente.

Em dezembro do ano passado, o ministro da Saúde, Marcelo de Castro, divulgou que, até o fim de fevereiro deste ano, o SUS passaria a distribuir repelentes às gestantes. Pura falácia. E, no mínimo, um desrespeito às gestantes pobres, que estão batendo, inutilmente nas portas das unidades de saúde em busca da substância.

O mesmo se repete em relação aos testes sorológicos. Em dezembro, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) prometeu que as grávidas do SUS seriam testadas para zika. Logo depois, a mesma promessa apareceu em peças publicitárias do governo. Se tivesse comprado kits sorológicos com o dinheiro investido na propaganda, já teria sido um bom começo. Quase cinco meses depois, nem as grávidas que apresentam sintomas de zika têm tido acesso a testes.

Esses são apenas dois exemplos do fosso que separa as mulheres pobres das ricas (ou de classe média), que podem pagar por sua proteção com repelentes ou pelo teste sorológico na rede privada. A Anvisa registrou três deles, dois produzidos por empresa alemã e um por uma canadense. É verdade que esses testes têm limitações de sensibilidade e de especificidade e, do ponto de vista da relação custo-benefício, seria questionável oferecê-los em larga escala. Por que então a promessa se essas limitações técnicas já eram conhecidas à época?

O fato é que os direitos das mulheres, especialmente as pobres, estão sendo sistematicamente violados. Essas e outras questões foram discutidas nos últimos dias 22 e 23 de abril em seminário promovido pelo Instituto Patrícia Galvão em São Paulo.

“Os testes da rede particular são imperfeitos, mas ao menos dizem que as gestantes não têm o vírus da zika, o que já é um grande alívio”, afirmou a médica Tania Di Giacomo do Lago, que palestrou no evento.

“O estado de incerteza em que vivemos traz uma situação de tortura para as mulheres”, disse a antropóloga Débora Diniz, pesquisadora e professora da UnB, outra palestrante convidada.

“Espero que a zika não vire uma sífilis. Uma doença de mulher negra e pobre. Uma doença de mulheres vulneráveis. Espero que não seja uma doença de mulher alguma. A mulher tem que estar à frente e no centro da discussão para que ela tenha a amplitude que merece”, afirmou Suzane Serruya, diretora do Centro Latino-Americano de Perinatologia (OPAS/OMS).

Para a defensora pública Ana Rita Souza Prata, a falta de informação sobre direitos é uma séria barreira para o acesso à Justiça, principalmente para as mulheres menos favorecidas e das periferias, as mesmas que são mais atingidas pelo vírus.

A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, lembrou a importância de reforçar as redes de mulheres e de novas estratégias de comunicação para assegurar direitos.

Sim, meninas, essa é uma briga que diz respeito a todas nós.

Acesse o site de origem: [Grávidas em tempos de zika vivem 'sob tortura, por Cláudia Collucci \(Folha de S.Paulo, 26/04/2016\)](#)